

15. Protocolo de cooperação com Associação de Hotelaria, Restauração e Similares de Portugal (AHRESP).

Submete-se, para aprovação do Executivo Municipal, protocolo de cooperação com Associação de Hotelaria, Restauração e Similares de Portugal (AHRESP), nos termos do disposto no artigo 23.º, alínea m) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, conjugado com o artigo 33.º, n.º 1, alínea u) do mesmo diploma legal. Tudo de acordo com os documentos constantes no processo.

PROPOSTA PARA REUNIÃO DE CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA

N.º Informação: 71967

Data: 17/07/2024

Deliberações	
Deliberação da Câmara Municipal	Deliberação da Assembleia Municipal:

Despachos	
O(a) Vereador(a)	O Presidente, à reunião de Câmara,
Despacho do(a) Sr(a). Vereador(a), com competência delegada por Despacho do Sr. Presidente de 18 de outubro de 2021,	O(a) Vice-Presidente, à reunião de Câmara, (Na qualidade dos termos do nº3 do artigo 57 da Lei nº169/99 de 18 de setembro)

O(a) Diretor de Departamento	O(a) Diretor(a) Municipal
-------------------------------------	----------------------------------

O(a) Chefe Unidade	O(a) Chefe Divisão
---------------------------	---------------------------

Assunto: Proposta Protocolo de Cooperação AHRESP

PROPOSTA:

Submete-se a proposta para a celebração do presente protocolo de cooperação com Associação de Hotelaria, Restauração e Similares de Portugal (AHRESP), no âmbito da sua atuação no domínio da promoção do Turismo, restauração e similares, cujo objetivo é identificar e qualificar as atividades económicas, nomeadamente no que concerne a gastronomia e vinhos, com especial enfoque sobre os estabelecimentos de restauração e /ou bebidas que promovam a gastronomia assente nas questões do Património Cultural de Portugal.

Neste contexto a AHRESP, é uma entidade de Utilidade Pública, sem fins lucrativos, sendo o seu objeto a defesa e a promoção das atividades económicas do turismo, nomeadamente, da Restauração e Bebidas, e do Alojamento Turístico, que coopera com instituições públicas, e com elas estabelece acordos e protocolos que interessem à sua atividade, e que contribuam para o objeto da associação.

Sendo uma entidade que impulsiona e se afirma no panorama nacional o Município de Braga reconhece a importância que as atividades da Restauração e Bebidas e do Alojamento Turístico representam no seu território, atribuindo um valor acrescentado na promoção e apoio às atividades económicas e dos seus representantes, sendo uma atribuição e competência das autarquias locais, na prossecução dos interesses próprios do município e da sua população.

Atendendo, ainda, que o Município de Braga dispõe de atribuições no domínio da promoção do desenvolvimento, nos termos do disposto no artigo 23.º, alínea m) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico das Autarquias Locais. Bem como, compete à Câmara Municipal apoiar atividades de interesse para o município, nos termos do artigo 33.º, n.º 1, alínea u) da mencionada Lei n.º 75/2013.

Propõem-se:

- Que o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Braga remeta ao executivo municipal para aprovação nos termos das disposições legais mencionadas anteriormente, o protocolo de cooperação a celebrar com a AHRESP.

O (a) Chefe de Divisão /

Anexos:

1. Minuta de protocolo cooperação AHRESP
2. Estatutos
3. Certidão não dívida AT
4. Certidão não dívida Segurança Social

PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO

Entre:

MUNICÍPIO DE BRAGA, com sede na Praça do Município, 4700-435 Braga, Pessoa Coletiva nº 506 901 173, neste ato representado pelo seu Presidente da Câmara Municipal, Ricardo Rio, com poderes para o ato, doravante **Município de Braga** ou **Primeiro Outorgante**

E

ASSOCIAÇÃO DA HOTELARIA, RESTAURAÇÃO E SIMILARES DE PORTUGAL (AHRESP), com sede na Av. Duque de Ávila 75, 1049-011 Lisboa, Pessoa Coletiva 503 767 514, aqui representada pelo seu Presidente da Direção, Carlos Aberto Moura, e pelo Vice-Presidente da Direção Jorge Almeida, ambos com poderes para o ato, nos termos do nº 1, do artigo 39º, dos respetivos Estatutos, doravante **AHRESP** ou **Segundo Outorgante**

Considerando que:

- A AHRESP - Associação da Hotelaria, Restauração e Similares de Portugal, é uma entidade de Utilidade Pública, sem fins lucrativos, sendo o seu objeto a defesa e a promoção das atividades económicas do turismo, nomeadamente, da Restauração e Bebidas, e do Alojamento Turístico;
- Esta associação é livre de, nomeadamente, cooperar com instituições públicas, e com elas estabelecer os acordos e protocolos que interessem à sua atividade, e que contribuam para o objeto da associação;
- O Município de Braga reconhece a importância que as atividades da Restauração e Bebidas e do Alojamento Turístico representam no seu território;
- A promoção e apoio às atividades económicas e seus representantes, é uma atribuição e competência das autarquias locais, na prossecução dos interesses próprios do município e da sua população;
- Este modelo de parceria já foi seguido em outras Autarquias, revelando-se vantajoso para ambas as partes;
- As partes reconhecem essa mais-valia e o interesse mútuo no estabelecimento de parcerias desta natureza, que contribuem para a promoção das atividades económicas e para o desenvolvimento dos Municípios;
- As partes reconhecem a importância em se dotar os empresários de apoio e conhecimento que lhes permita ter uma oferta cada vez mais qualificada, nomeadamente ao nível da formação e através de sessões de esclarecimento;
- Atendendo, ainda, que o Município de Braga dispõe de atribuições no domínio da promoção do desenvolvimento, nos termos do disposto no artigo 23.º, alínea m) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico das Autarquias Locais. Bem como, compete à Câmara Municipal apoiar atividades de interesse para o município, nos termos do artigo 33.º, n.º 1, alínea u) da mencionada Lei n.º 75/2013.

É celebrado o presente Protocolo de Cooperação que, tendo por base os precedentes considerandos, que dele fazem parte integrante, se regerá pelas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA 1ª

1. O presente Protocolo tem por objeto a atribuição de uma comparticipação financeira por parte do Município à AHRESP para a implementação e realização das atividades e iniciativas com interesse para o Município de Braga, previstas no Plano de Atividades e Iniciativas (adiante abreviadamente Plano) e respetivos cronogramas anuais que constituem o Anexo I ao presente Protocolo e que dele fazem parte integrante.
2. Os outorgantes poderão desenvolver em conjunto outras atividades que sejam de interesse comum, desde que por acordo escrito entre as partes, que ficará a constar de anexo ao presente Protocolo.

CLÁUSULA 2ª

1. Para a prossecução da finalidade referida na cláusula anterior e atenta a relevância das atividades e iniciativas do Plano, o Primeiro Outorgante compromete-se a prestar um apoio financeiro à Segunda Outorgante no montante máximo de 7.200 € (sete mil e duzentos euros) anuais, dependendo do cumprimento das atividades e iniciativas programadas nos respetivos cronogramas anuais que constituem o Anexo I e que forem entregues pela AHRESP, nos termos do disposto na alínea h), da cláusula 3ª.
2. O apoio financeiro referido no número anterior, destina-se exclusivamente a apoiar a execução e a suportar os encargos contemplados no Plano e respetivos cronogramas anuais, apresentados pela Segunda Outorgante.

CLÁUSULA 3ª

A Segunda Outorgante obriga-se a:

- a) Afetar os apoios financeiros concedidos exclusivamente à finalidade constante da cláusula 1ª;
- b) Informar o Primeiro Outorgante, sempre que solicitado, acerca da execução do presente Protocolo;
- c) Apresentar ao Primeiro Outorgante, relatório de execução financeira e relatório de desempenho do projeto e respetivos documentos justificativos da despesa, relatório esse que será condição indispensável para efetuar o pagamento do apoio aqui em questão, no qual devem constar indicadores de impacto quantitativos e qualitativos da realização das ações previstas;
- e) Aplicar e administrar corretamente o apoio tendo em conta o objeto do presente protocolo;
- f) Atender, na sua atuação, aos critérios de economia, eficácia e eficiência na gestão do apoio atribuído;

g) Publicitar o apoio recebido em todos os elementos de comunicação das ações do programa, fazendo referência ao apoio do Município, através da menção expressa, “Com o apoio do Município de Braga”, e inclusão do respetivo logótipo, em todos os suportes gráficos de promoção ou divulgação do projeto ou das atividades, bem como em toda a informação difundida nos diversos meios de comunicação;

h) Enviar para o Município os cronogramas anuais em falta, nomeadamente respeitantes aos anos de 2026, 2027, 2028 e 2029, até ao final de setembro de 2025.

CLÁUSULA 4ª

Ambas as partes obrigam-se a tratar e a manter como absolutamente confidenciais todas e quaisquer informações que não sejam de conhecimento público e a que tenham acesso no âmbito do presente Protocolo, bem como a utilizá-las, única e exclusivamente, para efeitos do mesmo, abstendo-se, independentemente dos fins, de qualquer uso fora deste contexto, quer em benefício próprio, quer de terceiros, tendo como ressalva a possibilidade de cedência de informação perante interpelações de entidades legalmente habilitadas, com poderes de investigação ou judiciais.

CLÁUSULA 5ª

São designados como Gestores deste protocolo, que terão a função de acompanhar a execução deste, Luis Ferreira, Chefe da Divisão de Economia e Turismo, por parte do Primeiro Outorgante e Filomena Diegues, Coordenadora do Departamento Jurídico, por parte da Segunda Outorgante.

CLÁUSULA 6ª

O presente Protocolo entra em vigor na data da sua assinatura e vigora até ao integral cumprimento de todas as obrigações dele emergentes, pelo prazo máximo de 5 anos, condicionada à aprovação pelo Município dos cronogramas a apresentar pela AHRESP, nos termos na alínea h), da cláusula 3ª, sem prejuízo dos direitos e obrigações que, pela sua natureza, devam perdurar para além da sua cessação.

CLÁUSULA 7ª

1. Todas as questões emergentes do presente Protocolo de Cooperação, bem como os eventuais casos omissos, serão regulados única e exclusivamente pela lei em vigor em Portugal.
2. Para todas as questões emergentes do presente Protocolo de Cooperação será exclusivamente competente o Tribunal da Comarca de Braga, com expressa renúncia a qualquer outro.

CLÁUSULA 8ª

O presente Protocolo de colaboração entra em vigor na data da sua assinatura.

Este Protocolo de colaboração é datado de XX de XXXXX de 2024, feito em dois exemplares de igual conteúdo e valor original, devidamente rubricados e assinados, ficando cada uma das partes na posse de um exemplar.

Braga, XX de XXXXX de 2024

Pelo Município de Braga,

(Ricardo Rio, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal)

Pela Associação da Hotelaria, Restauração e Similares de Portugal,

(Carlos Alberto Moura, na qualidade de Presidente da Direção)

(Jorge Almeida, na qualidade de Vice-Presidente da Direção)

ANEXO I

- PLANO DE ATIVIDADES E INICIATIVAS -

(Conforme Cláusula 1ª do Protocolo celebrado entre a Câmara Municipal de Braga e a Associação da Hotelaria, Restauração e Similares de Portugal (AHRESP), a XX de XXXX de 2024)

MEDIDA 1 - Divulgação de informação

A AHRESP divulgará informação sobre iniciativas organizadas pelo Município de Braga, com interesse e relevância para os associados da AHRESP, através dos seus canais próprios de comunicação como por exemplo mailing list, portal, Newsletter e redes sociais, em termos a acordar entre as partes.

MEDIDA 2 – Formação

Realização de uma ação anual, definindo-se já as ações para 2024 e 2025. As ações para os anos seguintes serão acordadas posteriormente entre as partes.

Tema: **Workshop “Café - Da Planta até à Chávena”**

Data: novembro de 2024, em dia a definir

Duração: 3 horas

Modalidade: Presencial

Destinatários: Profissionais das empresas do setor HORECA

Condições: mínimo de 8 e máximo de 16 participantes

Cabe à Academia AHRESP:

- Calendarizar, comunicar e divulgar o *workshop* nos seus meios de comunicação;
- A inscrições dos participantes;
- Fazer o acolhimento e acompanhamento do *workshop*.

Cabe ao Município:

- Disponibilizar espaço, projetor, mesa e bancada para colocação de equipamento;
- Colaborar na promoção e divulgação do *workshop* através dos seus meios de comunicação.

Tema: **Formação em Serviço de Vinhos**

Data: fevereiro de 2025, em dia a definir

Duração: 9 horas

Modalidade: Presencial

Esta formação é realizada em colaboração com o Turismo de Portugal.

Destinatários: Profissionais das empresas do setor HORECA

Condições: mínimo de 12 e máximo de 20 formandos

Cabe à Academia AHRESP:

- Calendarizar, comunicar e divulgar a ação de formação nos seus meios de comunicação;
- A recolha de inscrições dos formandos;
- Fazer o acolhimento e acompanhamento da ação de formação.

Cabe ao Município:

- Disponibilizar espaço e projetor;
- Colaborar na promoção e divulgação da ação de formação através dos seus meios de comunicação habituais.

MEDIDA 3 – Sessões de Esclarecimentos

Será realizada uma Sessão de Esclarecimentos por ano, destinada aos empresários do Alojamento Turístico e/ou da Restauração e Bebidas, do Município de Braga. Definem-se já as ações para 2024 e 2025. As ações para os anos seguintes serão acordadas posteriormente entre as partes.

Tema: Sessão de esclarecimentos AHRESP e ASAE – Autoridade de Segurança Alimentar e Económica

Data: 2º Semestre de 2024, em dia a definir

Duração: 2 horas

Modalidade: Webinar

Destinatários: Gerentes, proprietários e profissionais das empresas do setor HORECA

Condições: mínimo de 20 participantes

Cabe à Academia AHRESP:

- Calendarizar, comunicar e divulgar a Sessão nos seus meios de comunicação;
- A inscrição dos participantes;
- Fazer o acolhimento e acompanhamento da Sessão.

Cabe ao Município:

- Disponibilizar espaço, em formato de plateia;
- Disponibilizar computador, projetor, écran de projeção, microfones, mesa Oradores e púlpito;
- Colaborar na promoção e divulgação da Sessão através dos seus meios de comunicação.

Tema: Sessão de esclarecimentos AHRESP e ACT – Autoridade para as Condições do Trabalho

Data: Em 2025, em dia a definir

Duração: 2 horas

Destinatários: Gerentes, proprietários e profissionais das empresas do setor HORECA

Condições: mínimo de 20 participantes

Cabe à Academia AHRESP:

- Calendarizar, comunicar e divulgar a Sessão nos seus meios de comunicação;
- A inscrição dos participantes;
- Fazer o acolhimento e acompanhamento da Sessão.

Cabe ao Município:

- Disponibilizar espaço, em formato de plateia;
- Disponibilizar computador, projetor, écran de projeção, microfones, mesa Oradores e púlpito;
- Colaborar na promoção e divulgação da Sessão através dos seus meios de comunicação.

Tema: Apoios e Incentivos para o Canal HORECA

Em termos a acordar, e de acordo com a pertinência temporal do tema, poderá ser realizada uma sessão online, sobre Apoios e Incentivos para o Canal HORECA, destinada a proprietários e exploradores do Canal HORECA, com a duração aproximada de 1 hora.

MEDIDA 4 – Notas Técnicas AHRESP

De forma regular, a AHRESP divulga Notas Técnicas sobre diversas matérias, nomeadamente das áreas jurídica, arquitetura, alojamento, qualidade, ambiente, formação, economia e finanças, e que são produzidas ao longo do ano, sempre que se justifique.

Estas Notas Técnicas são elaboradas por técnicos da AHRESP, especialistas nas diversas matérias, não são documentos públicos, e serão partilhadas com o Município de Braga, sempre que o assunto tratado seja do interesse do Município ou dos agentes económicos.

Serão ainda produzidas, as seguintes publicações, referentes ao Município de Braga:

Caracterização do Canal HORECA em Braga

- Empresas, Pessoal ao Serviço e Volume de Negócios;
- Análise dos últimos 5 anos;
- Publicação Anual.

Análise da Atividade Turística em Braga:

- Dormidas, Hóspedes e Proveitos no Alojamento, por tipo de alojamento turístico e mercado internacional;
- Análise dos últimos 5 anos;
- Publicação Anual.

Constituição e Dissolução de Empresas em Braga:

- Análise dos últimos 5 anos;
- Publicação Trimestral.

Braga, XX de XXXXX de 2024

Pelo Município de Braga,

(Ricardo Rio, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal)

Pela Associação da Hotelaria, Restauração e Similares de Portugal,

(Carlos Alberto Moura, na qualidade de Presidente da Direção)

(Jorge Almeida, na qualidade de Vice-Presidente da Direção)

ORGANIZAÇÕES DO TRABALHO

ASSOCIAÇÕES SINDICAIS

I - ESTATUTOS

...

II - DIREÇÃO

**Sindicato Independente do Comércio e Serviços -
SICOS - Eleição**

Identidade dos membros da direção eleitos em 29 de janeiro de 2018 para o mandato de quatro anos.

Efetivos:

Fernando Paulo dos Santos, cartão de cidadão n.º 12011941.

Cristina Maria do Carmo Martinho, cartão de cidadão n.º 8065794.

Lyudmila Lakusta, cartão de cidadão n.º 31427400.

Gabriela Maria Nyogeri, cartão de cidadão n.º 10280173.

João Paulo Dias Santareno Duarte, cartão de cidadão n.º
12164700.

Suplente:

Emanuela Martins de Castro Amorim, cartão de cidadão
n.º 10738771.

ASSOCIAÇÕES DE EMPREGADORES

I - ESTATUTOS

Associação da Hotelaria, Restauração e Similares de Portugal (AHRESP) - Alteração

Alteração aprovada em 22 de dezembro de 2017 e 1 de fevereiro de 2018, com última publicação no *Boletim do Trabalho e Emprego*, n.º 7, de 22 de fevereiro de 2015.

CAPÍTULO I

Denominação, natureza, âmbito, sede, fins e objetivos

Artigo 1.º

1- A associação passa a denominar-se Associação da Hotelaria, Restauração e Similares de Portugal (AHRESP).

2- A associação goza de personalidade jurídica e tem duração ilimitada.

Artigo 2.º

A associação não tem fins lucrativos, sendo o seu objeto a defesa e a promoção dos interesses das entidades singulares ou coletivas, que representa nas atividades económicas do turismo, nomeadamente, da restauração e bebidas, do alojamento e do transporte.

mento turístico, dos espaços de animação turística, da organização de eventos, dos casinos, bingos e outros espaços de jogo, da indústria/comércio alimentar e de bebidas e emissores de vales de refeições.

Artigo 3.º

1- A associação tem a sua sede em Lisboa e pode estabelecer qualquer tipo de representação onde tal se justifique, designadamente delegações regionais, distritais ou locais, escritórios, serviços e delegados.

2- A associação tem âmbito nacional e internacional.

Artigo 4.º

São fins da associação:

a) Representar as empresas associadas e defender os seus direitos e legítimos interesses;

b) Favorecer o bom entendimento e a solidariedade entre os seus membros;

c) Cooperar com o Estado e outras entidades públicas ou privadas, tendo em vista ações destinadas a incrementar, no âmbito dos seus sectores de atividade, o progresso económico e social;

d) Efetuar estudos destinados ao desenvolvimento dos seus sectores de atividade e das empresas associadas, em conformidade com os interesses da economia e o bem-estar nacionais;

e) Providenciar com os poderes públicos em estudos e iniciativas que visem o incremento do turismo, a atualização e o aperfeiçoamento da legislação que rege a atividade dos sectores, da restauração, das bebidas, dos empreendimentos turísticos, do alojamento, do turismo e outros que se enquadrem no âmbito da sua atividade e, bem assim, participar em todas as medidas ou providências desencadeadas com vista à melhoria de condições da generalidade dos sectores associativos e da prestação dos serviços ao público;

f) Organizar a colaboração entre os seus membros nos domínios do investimento, da pesquisa, da formação profissional, da gestão e da organização do trabalho;

g) Colaborar com os associados na reestruturação dos sectores de atividade em tudo quanto se mostre aconselhável, prevenindo a concorrência ilícita e orientando-os para a melhoria da qualidade dos serviços que prestam ao público consumidor, salvaguardando, sempre, a rentabilidade económica e social das entidades empresariais;

h) Promover e organizar congressos, seminários, conferências, reuniões e viagens de carácter profissional para os seus associados sempre que eventos nacionais ou internacionais o justifiquem;

i) Editar publicações de interesse geral e específico dos seus sectores de atividade, difundindo conhecimentos úteis de carácter especializado;

j) Estruturar e administrar cursos de formação técnico-profissional;

l) Negociar e outorgar, nos termos da lei, convenções coletivas de trabalho para os seus sectores de atividade;

m) Prosseguir quaisquer outros objetivos permitidos por lei e que sejam do interesse associativo, designadamente a celebração de protocolos, acordos e contratos, com entida-

des, destinados à prestação de serviços aos associados ou através da criação ou participação em instituições com a mesma finalidade.

Artigo 5.º

Para a consecução dos fins indicados no artigo anterior, compete à associação praticar e promover tudo quanto possa contribuir para o progresso técnico, científico, económico e social das atividades que fazem parte do seu objeto.

Artigo 6.º

A associação é livre de, com outras associações, constituir uniões, federações e confederações, manter relações e cooperar com instituições, em organismos nacionais e internacionais, e estabelecer os acordos e protocolos que interessem à sua atividade, designadamente com entidades de formação e ensino, ou outras instituições que contribuam para o objeto da associação.

CAPÍTULO II

Dos associados

Artigo 7.º

1- Podem fazer parte da associação sócios efetivos, honorários, beneméritos e aliados:

a) Como sócios efetivos, podem fazer parte da associação as entidades privadas, singulares ou coletivas, que exerçam qualquer uma das atividades previstas no artigo 2.º, desde que enquadrados num dos setores de atividade conforme artigo 62.º;

b) Como sócios honorários, podem fazer parte da associação as entidades privadas, singulares ou coletivas, que, pela prática de atos relevantes, contribuam para o prestígio e desenvolvimento da associação e, como tal, venham a ser reconhecidos;

c) Como sócios beneméritos, podem fazer parte da associação as entidades privadas, singulares ou coletivas, que por atos de ajuda, auxílio, prestações ou doações feitas à associação venham, como tal, a ser reconhecidas;

d) Como sócios aliados, podem fazer parte da associação as entidades privadas, singulares ou coletivas, que pretendam vir a desenvolver qualquer uma das atividades previstas no artigo 2.º, bem como quaisquer outras entidades que desenvolvam atividades de interesse ou interligadas com os objetivos e fins da associação.

2- A admissão de sócios efetivos, honorários, beneméritos e aliados, sendo livre, é da competência da direção da associação, com possibilidade de recurso para a primeira assembleia geral que se realizar.

Artigo 8.º

1- São direitos do sócio efetivo:

a) Tomar parte nas assembleias gerais;

b) Eleger e ser eleito para os cargos associativos;

c) Requerer a convocação da assembleia geral, nos termos do números 2 e 3 do artigo 24.º destes estatutos;

d) Apresentar as reclamações e as sugestões que julgue mais convenientes à realização dos fins estatutários da associação;

e) Frequentar as instalações da sede da associação e das suas filiais, utilizando os seus serviços nas condições estabelecidas pela direção;

f) Usufruir de todos os benefícios e regalias que a associação proporcionar.

2- São direitos do sócio honorário, benemérito e aliado:

a) Tomar parte nas assembleias gerais sem direito de voto;

b) Apresentar sugestões à direção destinadas à implementação e ao desenvolvimento dos fins estatutários;

c) Frequentar as instalações da sede da associação e das suas filiais e delegações, nas condições estabelecidas pela direção;

d) Receber gratuitamente as publicações editadas pela associação.

Artigo 9.º

1- São deveres do sócio efetivo:

a) Pagar pontual e regularmente as suas quotas;

b) Exercer os cargos associativos para que for eleito ou designado;

c) Comparecer e tomar parte nas assembleias gerais e, bem assim, nos trabalhos das reuniões dos demais órgãos da associação e das comissões ou grupos de trabalho para que for convocado, eleito ou designado;

d) Prestar colaboração efetiva a todas as iniciativas que concorram para o prestígio e o desenvolvimento da associação e a consecução dos seus fins;

e) Cumprir os estatutos e as deliberações dos órgãos associativos.

2- São deveres do sócio honorário ou benemérito:

a) Comparecer e tomar parte nos trabalhos das reuniões dos órgãos da associação, das comissões ou dos grupos de trabalho sempre que seja convidado, sem direito de voto;

b) Concorrer para o prestígio da associação;

c) Cumprir os estatutos e as deliberações dos órgãos associativos.

3- São deveres do sócio aliado:

a) Pagar pontual e regularmente as suas quotas;

b) Comparecer e tomar parte nos trabalhos das reuniões dos órgãos da associação e das comissões ou grupos de trabalho sempre que seja convidado, sem direito de voto;

c) Concorrer para o prestígio da associação;

d) Cumprir os estatutos e as deliberações dos órgãos associativos.

Artigo 10.º

1- Perde a qualidade de sócio efetivo:

a) O que tenha cessado a atividade que justificou a sua inscrição;

b) O que tenha praticado atos contrários aos objetivos e fins da associação ou suscetíveis de afetar gravemente o seu prestígio e o seu desenvolvimento;

c) Aquele que tenha em débito mais de seis meses de quotas;

d) O que requeira o cancelamento da inscrição, devendo

comunicar essa intenção, por escrito, com uma antecedência mínima de 30 dias, em relação à data que pretenda produza efeitos.

2- Perde a qualidade de sócio honorário e benemérito:

a) O que tenha praticado atos contrários aos objetivos e fins da associação ou suscetíveis de afetar gravemente o seu prestígio e o seu desenvolvimento;

b) O que requeira o cancelamento da inscrição, devendo comunicar essa intenção, por escrito, com uma antecedência mínima de 30 dias, em relação à data que pretenda produza efeitos.

3- Perde a qualidade de sócio aliado:

a) O que tenha praticado atos contrários aos objetivos e fins da associação ou suscetíveis de afetar gravemente o seu prestígio e o seu desenvolvimento;

b) Aquele que tenha em débito mais de seis meses de quotas;

c) O que requeira o cancelamento da inscrição, devendo comunicar essa intenção, por escrito, com uma antecedência mínima de 30 dias, em relação à data que pretenda produza efeitos.

4- A exclusão de sócio efetivo, honorário, benemérito ou aliado compete à direção, com possibilidade de recurso para a primeira assembleia geral que se realizar após a exclusão.

5- No caso da alínea c) do número 1 e alínea b) do número 3, a direção poderá decidir pela readmissão, depois de liquidado o débito.

6- O sócio que haja perdido esta qualidade, não tem direito algum ao património da associação ou ao reembolso das importâncias com as quais para ela tenha contribuído, nem pode usar a denominação, a marca, os símbolos e outros bens da associação, para qualquer fim.

CAPÍTULO III

Dos órgãos da associação

SECÇÃO I

Das disposições gerais

Artigo 11.º

São órgãos da associação a assembleia geral, a direção, o conselho fiscal e o conselho consultivo.

Artigo 12.º

1- Os membros da mesa da assembleia geral, da direção e do conselho fiscal são eleitos em assembleia geral eleitoral e exercerão as respetivas funções por mandatos com a duração de três anos.

2- O conselho consultivo é composto pelos membros da direção, pelos presidentes das comissões diretivas dos grupos de setor e pelos presidentes das delegações.

Artigo 13.º

O desempenho de funções nos órgãos da associação é gratuito, sem prejuízo do reembolso das despesas de representação a que o exercício dos cargos der lugar.

Artigo 14.º

Só podem fazer parte dos órgãos da associação os sócios efetivos que se encontrem no pleno gozo dos seus direitos associativos.

Artigo 15.º

1- As empresas coletivas e os empresários em nome individual que detenham a qualidade de sócio efetivo designarão um seu representante legal e um suplente, que as representarão na associação e no exercício de cargos e missões para que venham a ser eleitas, designadas ou nomeadas.

2- O suplente substituirá o representante legal, nas suas faltas ou ausências.

3- As substituições de representantes são permitidas desde que devidamente fundamentadas, por escrito, à direção, sem o que não poderão ser aceites.

Artigo 16.º

1- Quando qualquer empresa deixar de ser sócia ou renuncie ao cargo para que tiver sido eleita e empossada, abrirá vaga no órgão de que fizer parte.

2- As vagas referidas no número anterior serão preenchidas pela forma prevista nos números 5 e 6 do artigo 34.º destes estatutos.

SECÇÃO II

Da assembleia geral

Artigo 17.º

A assembleia geral é constituída por todos os sócios efetivos, honorários e beneméritos, no pleno gozo dos seus direitos associativos.

Artigo 18.º

São atribuições da assembleia geral:

a) Eleger a respetiva mesa e os membros da direção e do conselho fiscal;

b) Deliberar sobre a aprovação do relatório da direção, do balanço e das contas de cada exercício, dos orçamentos ordinários ou suplementares e do respetivo parecer do conselho fiscal;

c) Ratificar a proposta da direção sobre os valores das quotas a pagar por cada sócio, quando da votação do orçamento ordinário;

d) Autorizar a direção, ouvido o conselho fiscal, a contrair empréstimos e a adquirir, alienar ou onerar bens imóveis;

e) Pronunciar-se sobre todas as questões que, nos termos legais ou estatutários, lhe sejam submetidas;

f) Deliberar sobre a participação, a integração ou a filiação em uniões, federações, confederações e outras organizações nacionais ou internacionais da especialidade;

g) Deliberar sobre a alteração dos estatutos e sobre a fusão ou dissolução da associação;

h) Destituir a respetiva mesa, o conselho fiscal, a direção ou qualquer dos membros dos órgãos associativos, nos termos dos artigos 24.º, número 3, 28.º, números 1 e 2, 58.º e seguintes.

Artigo 19.º

1- A assembleia geral é dirigida por uma mesa constituída por um presidente, um vice-presidente e um secretário.

2- O presidente será substituído nas suas faltas ou impedimentos pelo vice-presidente, e este pelo secretário, segundo a ordem do número anterior, e o secretário por associados que o presidente, para cada caso, designar.

3- Quando tenha lugar uma reunião da assembleia geral e não se encontrem presentes os membros da mesa, tomará a presidência um sócio efetivo, escolhido pela assembleia. Ao presidente assim escolhido cabe a designação do vice-presidente e do secretário, que ocuparão os respetivos lugares na mesa, podendo a assembleia funcionar legalmente.

Artigo 20.º

O presidente da mesa da assembleia geral poderá participar, sem direito de voto, nas reuniões da direção, do conselho fiscal, do conselho consultivo e em comissões e grupos de trabalho.

Artigo 21.º

Incumbe ao presidente da mesa:

a) Convocar as reuniões, preparar a ordem de trabalhos e dirigir o funcionamento das assembleias gerais da associação;

b) Empossar os sócios eleitos e os seus legítimos representantes para os órgãos da associação;

c) Decidir sobre os pedidos de escusa e recusa apresentados pelos titulares dos órgãos da associação;

d) Despachar e assinar o expediente que diga respeito à mesa.

Artigo 22.º

Cabe ao vice-presidente substituir o presidente nas suas faltas ou impedimentos.

Artigo 23.º

Incumbe ao secretário:

a) Substituir o vice-presidente nas suas faltas ou impedimentos;

b) Redigir as atas das sessões;

c) Elaborar e preparar o expediente das reuniões da assembleia;

d) Providenciar, em tempo oportuno, a divulgação de convocatórias e publicação de avisos;

e) Servir de escrutinador.

Artigo 24.º

1- A assembleia geral reunir-se-á ordinariamente:

a) Até 31 de dezembro de cada ano, para votação do orçamento ordinário e do plano de atividades para o ano seguinte;

b) Até 31 de março de cada ano, para votação do relatório da direção, do balanço e das contas do exercício findo e do respetivo parecer do conselho fiscal;

c) De três em três anos, até 31 de março, para a realização de eleições, devendo, nesse ano, ter sido votados, até à posse dos eleitos, o relatório da direção e as contas do exercício do ano anterior, com o respetivo parecer do conselho fiscal.

2- A assembleia geral reunirá sempre que for convocada pelo presidente, por sua iniciativa, ou a pedido da direção, ou de 10 % dos sócios efetivos, ou de 200 sócios efetivos.

3- Para a destituição dos membros de órgãos da associação, a convocação da assembleia geral extraordinária terá de ser requerida pelo menos por 10 % dos sócios efetivos ou por 200 sócios efetivos, sendo que, neste caso, torna-se necessária a presença de três quartos dos requerentes, à hora marcada, sem o que não poderá verificar-se o seu legal funcionamento.

Artigo 25.º

1- A convocação das reuniões da assembleia geral serão feitas por qualquer meio escrito, nomeadamente, carta, fax, correio eletrónico, publicação em site institucional, ou publicação em órgãos de comunicação.

2- Os prazos e respetivas regras de funcionamento são as prescritas no Código Civil.

Artigo 26.º

As assembleias gerais só poderão funcionar em primeira convocatória, desde que esteja presente a maioria numérica da totalidade dos sócios efetivos da associação. Em segunda convocação, as assembleias poderão funcionar, meia hora depois da hora marcada, com qualquer número de sócios efetivos, sendo legalmente válidas as deliberações tomadas.

Artigo 27.º

1- Nas reuniões das assembleias gerais só podem ser discutidos e votados os assuntos que constem da ordem de trabalhos.

2- O sócio que, depois de advertido, persista em infringir o disposto no número anterior deste artigo ou que, de qualquer modo, contrarie a boa ordem dos trabalhos pode, além de eventuais sanções disciplinares que venham a ser-lhe aplicadas, ser expulso do local da assembleia.

3- São nulas quaisquer deliberações sobre assuntos que não constem da ordem de trabalhos e, bem assim, as que contrariem os presentes estatutos.

Artigo 28.º

1- As deliberações da assembleia geral são tomadas por maioria absoluta de votos, com as exceções previstas nos números seguintes.

2- Para as deliberações relativas à alteração dos estatutos, à destituição dos titulares de cargos nos órgãos da associação, à fusão ou incorporação de outras entidades na associação, bem como para a participação desta em outras entidades, é exigido voto favorável de, pelo menos, três quartos dos sócios efetivos presentes.

3- Para as deliberações relativas à dissolução, à fusão ou incorporação da associação em outras entidades, bem como para alienar o imóvel da sua fundação, sito na Avenida Duque D'Ávila, número 75 a 77, em Lisboa, é exigido voto favorável de, pelo menos, três quartos de todos os sócios efetivos.

4- As deliberações referentes à fusão, participação, incorporação e dissolução da associação respeitarão, respetiva-

mente, os condicionalismos dos números 1 e 2 do artigo 79.º destes estatutos.

Artigo 29.º

1- A votação nas reuniões da assembleia geral pode ser feita pessoalmente ou por carta registada dirigida ao presidente da mesa.

2- O voto por correspondência só é permitido aos sócios efetivos cuja morada se situe fora do concelho em que funciona a reunião da assembleia geral.

3- Nas assembleias não eleitorais, qualquer sócio efetivo poderá votar através de outro a quem, para o efeito, passe a competente credencial. Mas nenhum sócio poderá, em cada assembleia, prevalecer-se do mandato de mais de dois outros sócios efetivos.

Artigo 30.º

1- A votação dos sócios efetivos presentes é nominal ou por processo a determinar pela mesa da assembleia, por forma a apurar os votos a favor, os contrários e as abstenções.

2- Além das situações previstas nos presentes estatutos, a votação poderá ser feita por escrutínio secreto quando for requerida por qualquer dos sócios presentes e aprovada por maioria.

Artigo 31.º

Nenhum sócio terá direito de voto em assuntos que particularmente lhe digam respeito.

Artigo 32.º

1- Apenas podem tomar parte nas votações os sócios efetivos que se encontrem no pleno gozo dos seus direitos associativos.

2- A cada sócio corresponde um voto.

Artigo 33.º

1- De cada reunião será lavrada a respetiva ata com a indicação da hora do início e do encerramento, da ordem de trabalhos, do número de sócios presentes, das deliberações tomadas e do resultado das votações.

2- As atas são assinadas pelos membros da mesa.

SECÇÃO III

Direção

Artigo 34.º

1- A representação e gestão administrativa da associação compete à direção.

2- A direção é composta por onze membros eleitos em sufrágio direto.

3- Os membros eleitos em sufrágio direto são um presidente, um primeiro vice-presidente e nove vice-presidentes.

4- O presidente designará, de entre todos os vice-presidentes, um que desempenhará, cumulativamente, as funções de tesoureiro.

5- Quando ocorrer qualquer vaga entre os membros eleitos em sufrágio direto, será ela preenchida por escolha feita,

conjuntamente, pela mesa da assembleia geral, pelos restantes membros da direção e pelo conselho fiscal, de entre os sócios efetivos, até à realização da primeira assembleia geral eleitoral que tiver lugar após a ocorrência.

6- O disposto no número anterior não se aplica quando no decurso do mandato ocorrerem vagas, simultaneamente, em número superior a metade dos membros da direção, hipótese que, a verificar-se, determinará nova eleição para aquele órgão.

Artigo 35.º

Compete à direção:

- a) Representar a associação em juízo e fora dele e geri-la administrativamente;
- b) Nomear delegados distritais, regionais ou locais para representar a direção;
- c) Criar, organizar e dirigir os serviços da associação e elaborar os regulamentos internos que se mostrem necessários;
- d) Estabelecer o critério da quotização e fixar as quotas a pagar pelos sócios, valores cujo montante deverá figurar no orçamento ordinário da associação;
- e) Elaborar, anualmente, o orçamento e o plano de atividades da associação;
- f) Celebrar convenções coletivas de trabalho com os sindicatos da atividade, assinando o que for acordado;
- g) Cumprir as disposições estatutárias e as deliberações da assembleia geral;
- h) Apresentar, anualmente, à assembleia geral o plano de atividades, o orçamento ordinário e os orçamentos suplementares que forem necessários;
- i) Submeter à apreciação da assembleia geral o relatório anual da sua atividade, o balanço e as contas do respetivo exercício, com o parecer do conselho fiscal;
- j) Apresentar ao presidente da assembleia geral as listas para a eleição dos órgãos da associação sempre que tais apresentações não sejam feitas por grupos de sócios, em conformidade com o disposto nestes estatutos;
- k) Praticar todos os demais atos conducentes à realização dos fins da associação e à defesa do exercício dos respetivos sectores de atividade;
- l) Admitir sócios efetivos, honorários, beneméritos e aliados;
- m) Decidir sobre a utilização da designação e marca AHRESP;
- n) Aplicar sanções disciplinares, nos termos dos artigos 68.º, 69.º e 70.º destes estatutos.

Artigo 36.º

1- Compete, especialmente, ao presidente da direção:

- a) Convocar as reuniões da direção, estabelecer a ordem do dia e dirigir os trabalhos;
- b) Velar pela execução das deliberações da direção;
- c) Assinar a correspondência oficial;
- d) Rubricar e assinar todos os documentos oficiais e os termos de abertura e de encerramento dos livros de atas das reuniões da direção;
- e) Assinar cheques e ordens de pagamento, visando todos os documentos de receita e despesa, conjuntamente com o tesoureiro;

f) Despachar o expediente de urgência e providenciar em todos os casos que não possam esperar por reuniões de direção, dando deles conhecimento aos membros da direção na reunião seguinte;

g) Representar a direção em juízo e fora dele.

2- As funções e competências mencionadas no número anterior podem ser delegadas pelo presidente da direção no primeiro vice-presidente da direção.

Artigo 37.º

1- Compete ao primeiro vice-presidente substituir o presidente nas suas faltas ou impedimentos, por delegação deste.

2- Na falta ou impedimento do presidente e do primeiro vice-presidente, estes serão substituídos por qualquer um dos vice-presidentes, por delegação daqueles.

Artigo 38.º

1- A direção reunirá em sessão ordinária duas vezes por mês e extraordinariamente sempre que para tal for convocada pelo respetivo presidente ou primeiro vice-presidente.

2- Cada membro disporá de um voto, tendo o presidente, ou na sua falta o primeiro vice-presidente, voto de qualidade em caso de empate.

3- As reuniões só poderão efetuar-se quando estiver presente a maioria legal dos membros da direção, para que se verifique o quórum.

4- De cada reunião será lavrada ata, em livro próprio, com o relato dos trabalhos e das deliberações tomadas pelos membros participantes, devendo ser aprovada e assinada na reunião seguinte.

5- Os membros da direção podem fazer-se representar, por procuração, em outro membro da direção.

Artigo 39.º

1- A associação obriga-se com a assinatura de dois membros da direção, devendo uma dessas assinaturas ser a do presidente da direção ou do primeiro vice-presidente da direção, sendo a outra a de um vice-presidente (ou respetivos substitutos).

2- Na movimentação de fundos, a associação obriga-se com as assinaturas conjuntas do presidente da direção ou do primeiro vice-presidente da direção e do vice-presidente designado para exercer as funções de tesoureiro ou, na sua ausência, de qualquer outro vice-presidente (ou respetivos substitutos).

3- A direção, quando disso tiver justificada necessidade, poderá fazer-se representar por pessoa qualificada, munida de mandato especial para o efeito, mediante deliberação unânime dos membros da direção, exarada em ata.

Artigo 40.º

1- Os membros de direção respondem solidariamente pelas irregularidades cometidas no exercício das suas funções.

2- Ficam, porém, isentos de responsabilidades aqueles que expressamente tenham votado contra as deliberações tomadas ou que, não tendo participado nas respetivas reuniões, consignem em ata a sua discordância na primeira reunião em que participem e tomem conhecimento do facto.

Artigo 41.º

Em caso de impedimento definitivo do presidente, do primeiro vice-presidente ou de qualquer dos vice-presidentes, ou do tesoureiro, os restantes membros da direção designarão de entre eles os novos elementos, que deverão substituir aqueles.

SECÇÃO IV

Do conselho fiscal

Artigo 42.º

1- O conselho fiscal é composto por três membros: um presidente e dois vogais.

2- Os candidatos ao exercício de funções no conselho fiscal deverão ser, de preferência, pessoas tecnicamente habilitadas para o desempenho dos cargos.

3- Sem prejuízo do disposto no número anterior, o conselho fiscal poderá, a seu pedido, ter a assessoria de peritos ou auditores para o coadjuvarem no exercício das funções que lhe cabem.

Artigo 43.º

É da competência do conselho fiscal:

a) Examinar, quando o decida, e pelo menos trimestralmente, os registos contabilísticos da associação e os serviços de tesouraria;

b) Dar parecer, no prazo máximo de oito dias, sobre os orçamentos (ordinário e suplementares) e o relatório e as contas anuais, apresentados pela direção, e, bem assim, sobre quaisquer outros assuntos que lhe sejam submetidos pela assembleia geral ou pela direção;

c) Pronunciar-se, no prazo máximo de oito dias, sobre eventuais alterações, quanto à fixação das quotizações, antes de serem aprovadas;

d) Fiscalizar o cumprimento das disposições legais e estatutárias e dos regulamentos internos que houver;

e) Assistir, através do seu presidente, às reuniões da direção e do conselho consultivo, sempre que o entenda, sem direito de voto.

Artigo 44.º

Aplicam-se ao conselho fiscal, com as necessárias adaptações, as disposições da secção anterior.

SECÇÃO V

Do conselho consultivo

Artigo 45.º

1- O conselho consultivo é composto conforme o previsto no número 2 do artigo 12.º

2- Compete ao presidente da direção ou ao primeiro vice-presidente da direção, convocar as reuniões do conselho consultivo.

3- O conselho consultivo reunirá em sessão ordinária, de

dois em dois meses.

4- É da competência do conselho consultivo analisar e dar parecer sobre as propostas que lhe forem apresentadas pela direção, bem como propor à direção orientações e estratégias que considere oportunas, e válidas, para o fortalecimento da instituição e para a defesa dos interesses dos seus associados.

CAPÍTULO IV

Do conselho de honra

Artigo 46.º

1- O conselho de honra é composto por presidentes da direção da associação que tenham cessado as suas funções.

2- O conselho de honra tem função consultiva, prestando assessoria e aconselhamento à direção da associação em funções, sempre que solicitado.

3- O conselho de honra pode participar nos trabalhos da direção e do conselho consultivo, sem direito de voto.

4- Os membros do conselho de honra gozam dos direitos e deveres previstos no número 2 do artigo 8.º e número 2 do artigo 9.º, respetivamente.

CAPÍTULO V

Das eleições, do exercício dos cargos dos eleitos ou designados e da destituição de dirigentes

SECÇÃO I

Do processo eleitoral

Artigo 47.º

1- A direção promoverá, até 30 dias antes da data prevista para a realização das eleições, o recenseamento geral dos eleitores.

2- Só podem ser considerados no recenseamento os sócios efetivos que, até 90 dias antes da data marcada para a assembleia eleitoral, não tenham em dívida mais de seis meses de quotas e se encontrem no pleno gozo dos seus direitos associativos.

3- Só podem votar os sócios efetivos que, na data da assembleia, tenham em dia o pagamento das suas quotas.

4- Das operações de recenseamento e do resultado das eleições caberá sempre recurso para os tribunais.

Artigo 48.º

1- A apresentação das listas de candidaturas para os órgãos da associação e comissões diretivas dos grupos de sector terá lugar até 10 dias antes do dia marcado para a eleição.

2- Podem apresentar listas de candidaturas, a direção da associação e, pelo menos, grupos de 250 sócios efetivos.

3- Podem apresentar listas de candidaturas para a eleição das comissões diretivas dos grupos de sector, respeitando o artigo 65.º, número 2, dos estatutos:

a) A direção da associação;

b) 50 % dos sócios efetivos do respetivo grupo de setor;

c) Grupos de, pelo menos, 250 sócios efetivos de um mesmo grupo de setor.

4- Torna-se, porém, obrigatória a apresentação das listas de candidaturas pela direção se, até ao prazo de 10 dias, estabelecido no número 1 deste artigo, não houver outras listas apresentadas por grupo ou grupos de sócios efetivos, de acordo com o número 2 deste artigo.

5- A apresentação consiste na entrega ou no envio ao presidente da assembleia geral das listas de candidaturas para os três órgãos da associação, com a designação dos membros a eleger nos respetivos cargos, subscritas por aqueles que as fazem e com a aceitação dos candidatos, devendo ser comprovados pelos serviços eleitorais os requisitos estatutários de elegibilidade.

6- Das listas de candidaturas deverão constar os nomes das empresas individuais ou coletivas e dos seus legais representantes (efetivo e suplente).

Artigo 49.º

As listas de candidaturas referidas nos números 2 e 3 do artigo anterior devem estar completas para os diversos cargos, sem o que não serão aceites, e serão identificadas por letras, segundo a ordem da sua apresentação, ficando patentes na sede da associação, em local bem visível, desde a data da receção até ao dia da assembleia eleitoral.

Artigo 50.º

É constituída uma comissão eleitoral composta pelo presidente da mesa da assembleia geral e por dois representantes de cada lista ou listas concorrentes, cuja missão é assegurar e fiscalizar o regular funcionamento das operações de voto.

Artigo 51.º

1- O voto é secreto.

2- Não é permitido o voto por procuração.

3- É aceite o voto por correspondência para sócios efetivos cujas residências ou sedes se localizem fora do concelho onde funcionem as mesas de voto.

4- Para ser aceite, o voto por correspondência terá de preencher os requisitos seguintes:

a) Os boletins de voto serão dobrados e contidos em subscritos fechados com a indicação do órgão a que se destinam;

b) Os subscritos serão remetidos por carta registada, dirigida ao presidente da assembleia eleitoral, acompanhados de comunicação da empresa votante, com a(s) assinatura(s) de quem a obrigue.

Artigo 52.º

1- A mesa da assembleia eleitoral funcionará como mesa de voto na sede da associação.

2- Sempre que as circunstâncias o justifiquem, poderão ser constituídas mesas de voto noutras localidades, que não sejam a sede da associação.

3- No caso do número anterior, cabe à mesa da assembleia geral da associação designar os três elementos que deverão compor cada mesa de voto.

Artigo 53.º

1- A votação é feita em urnas separadas para cada um dos órgãos associativos, devendo os boletins de voto ser depositados na respetiva urna.

2- Logo que a votação esteja concluída, à hora marcada, proceder-se-á ao encerramento das urnas e à sua reabertura para a contagem dos votos, considerando-se eleitos os candidatos das listas mais votadas, cuja proclamação deverá ser feita, em voz alta, pelo presidente da mesa.

Artigo 54.º

1- A assembleia eleitoral terá a duração que for fixada pelo presidente da assembleia geral da associação, em termos de permitir a realização dos fins para que foi convocada.

2- Da convocatória da assembleia eleitoral, feita aos sócios efetivos, deverá constar a data, o local e a hora do início da votação e do encerramento das urnas.

3- Os eleitos tomam posse no prazo máximo de 30 dias após a eleição e na data marcada pelo presidente da assembleia geral.

4- Expirando o prazo referido no número anterior, fica sem efeito a respetiva eleição, mantendo-se os anteriores eleitos em funções até que novos membros eleitos tomem posse.

SECCÃO II

Do exercício dos cargos dos eleitos ou designados

Artigo 55.º

1- Constitui infração disciplinar o não exercício do cargo para o qual um sócio tenha sido designado ou eleito.

2- O exercício dos cargos nos órgãos sociais da associação é gratuito.

3- A gratuidade referida no número anterior não obsta ao pagamento pela associação de quaisquer despesas de transporte, alojamento e de representação a que houver lugar provenientes do exercício dos cargos, desde que sejam devidamente documentadas e previamente autorizadas.

Artigo 56.º

Em caso de escusa do exercício do cargo para que foi eleito, o sócio deverá dirigir o respetivo pedido ao presidente da mesa da assembleia geral.

Artigo 57.º

1- São causas da perda de mandato do sócio eleito:

a) A perda da qualidade de sócio efetivo;

b) O não cumprimento dos estatutos e regulamentos internos;

c) A desistência de sócio, comunicada à direção;

d) A exoneração de sócio, deliberada em assembleia geral.

2- Constitui motivo para a perda de mandato do representante do sócio eleito a falta de poderes gerais de administração das respetivas empresas ou a perda da qualidade de sócio nas sociedades por quotas ou unipessoais.

3- Perde automaticamente o mandato, abrindo vaga, qual-

quer membro dos órgãos sociais da associação que falte às reuniões três vezes seguidas ou cinco interpoladas durante o ano civil sem justificação aceitável pelos restantes membros do respetivo órgão social.

Artigo 58.º

1- Nenhum sócio pode ser eleito simultaneamente para os cargos da mesa da assembleia geral, do conselho fiscal ou da direção.

2- Os eleitos para preencher as vagas que se verificarem nos cargos dos órgãos sociais da associação no decurso de um mandato terminam o seu exercício no fim do respetivo triénio.

SECÇÃO III

Da destituição de dirigentes

Artigo 59.º

1- Sem prejuízo de sanções disciplinares a que houver lugar, os membros dos órgãos da associação poderão ser destituídos dos seus cargos pela assembleia geral.

2- Só irregularidades graves cometidas no exercício dos cargos ou da atividade económica que representam podem fundamentar a destituição.

3- Compete à assembleia geral qualificar a gravidade das faltas, em termos de ser deliberada a destituição.

Artigo 60.º

Quando, por efeitos de destituição, qualquer órgão da associação ficar reduzido em mais de metade do número dos seus membros eleitos, haverá lugar a nova eleição para todos os cargos desse órgão no prazo de 45 dias.

Artigo 61.º

Se a eleição referida no número anterior respeitar apenas a algum dos órgãos, os novos eleitos exercem funções até ao termo do mandato dos membros destituídos.

Artigo 62.º

1- No caso da destituição da direção ou da maioria legal dos seus membros, a assembleia geral designará uma comissão diretiva de cinco membros para gerir interinamente a associação até à realização da eleição para o triénio seguinte.

2- A comissão prevista no número anterior exercerá também funções dos demais órgãos que se acharem reduzidos em mais de metade dos seus membros por motivo da destituição de dirigentes.

CAPÍTULO VI

Dos sectores de atividade, dos delegados e das delegações

SECÇÃO I

Dos sectores de atividade

Artigo 63.º

1- Para tratamento de assuntos de interesse específico próprio, a associação compreende sectores para as seguintes atividades:

a) Restaurantes tradicionais, típicos, de fado, casas de pasto, auto-serviços, e estabelecimentos equiparados;

b) Pastelarias com fabrico próprio, padarias, confeitarias, leitarias, cafés, cafetarias, casas de chá, geladarias e estabelecimentos equiparados;

c) Casinos, bingos, e outros espaços de jogo, espaços de animação turística, empresas de organização de eventos, bares, discotecas e estabelecimentos de animação equiparados;

d) Concessionários de restauração e alimentação coletiva, cantinas, refeitórios, fábricas de refeições;

e) Restaurantes de serviço rápido, serviços de restauração ao domicílio e outros equiparados;

f) Indústria/comércio alimentar e de bebidas e emissores de vales de refeições;

g) Estabelecimentos hoteleiros, aldeamentos, apartamentos e conjuntos turísticos, turismo de habitação, turismo em espaço rural e de natureza, hostels, outros estabelecimentos de alojamento local, e outros equiparados;

h) Campismo, caravanismo, hotelaria de ar livre e parques temáticos.

2- Os sectores de atividade são parte integrante da associação pelo que, na sua permanente atuação, em prol dos interesses específicos que em cada um dos sectores visam prosseguir, não poderão adotar, em caso algum, uma orientação contrária aos fins da associação, na certeza de que só na unidade e na conjugação de esforços comuns se conseguirão alcançar os justos objetivos de todas as atividades económicas integradas.

Artigo 64.º

Aos sectores de atividade compete:

a) Emitir os pareceres que lhes forem solicitados pela direção ou pela assembleia geral da associação sobre quaisquer assuntos de interesse para os respetivos sectores;

b) Sugerir e propor aos órgãos da associação o que for considerado necessário à defesa dos interesses legítimos de cada um dos sectores.

Artigo 65.º

1- Os sectores de atividade têm como órgão uma comissão diretiva.

2- A comissão diretiva de cada setor é composta por três membros: um presidente e dois vogais, eleitos de entre os sócios efetivos que constituem o setor a que pertencem.

3- É de três anos o mandato dos membros eleitos para as comissões diretivas, coincidente com o mandato trienal dos órgãos da associação.

Artigo 66.º

Compete à comissão diretiva de cada sector de atividade:

a) Estabelecer a ligação entre o sector e a direção da associação;

b) Proceder, por iniciativa própria ou por incumbência da

direção da associação, ao estudo específico dos problemas do sector, apresentando as respetivas propostas para a melhor solução;

c) Reunir, de dois em dois meses, ou sempre que o entenda necessário e oportuno;

d) Após autorização da direção, negociar com os respetivos sindicatos convenções coletivas de trabalho, apresentando à direção da associação o que foi acordado para ser devidamente assinado.

SECÇÃO II

Dos delegados e das delegações

Artigo 67.º

1- Nas regiões e nas localidades onde se justifique, poderá a direção da associação criar delegações, nomear delegados ou instalar serviços.

2- A associação custeará as despesas com a instalação e o funcionamento das delegações e dos serviços criados ao abrigo do número anterior.

Artigo 68.º

1- As delegações e os delegados constituem a forma de atuação da associação nas regiões e localidades que lhes forem atribuídas pela direção.

2- Cada delegação tem um presidente e o número de delegados que se justifique.

3- Compete à direção nomear e exonerar o presidente da delegação e os delegados.

4- O presidente da delegação e os delegados atuam como elementos de ligação dos associados, das empresas do sector e das instituições públicas e privadas da respetiva região, com a direção.

5- O presidente da delegação e os delegados ficam subordinados à orientação estabelecida pela direção da associação e terão direito a ser reembolsados das despesas de representação que o exercício das suas tarefas implica, desde que devidamente documentadas e previamente autorizadas pela direção.

6- São atribuições das delegações e dos delegados:

a) Promover e divulgar os objetivos da associação;

b) Prospetar, angariar e fidelizar associados;

c) Gerir adequadamente o funcionamento, os bens patrimoniais, imóveis, móveis e outros que sejam confiados à sua guarda;

d) Informar e esclarecer os associados, em tudo o que se mostrar adequado e necessário;

e) Prestar zelosa e competentemente, aos associados, os serviços que lhes forem delegados;

f) Proceder, por iniciativa própria, ou por incumbência da direção, ao estudo específico de problemas e oportunidades estratégicas, que se mostrem relevantes na sua área de atuação, apresentando as respetivas propostas para as melhores soluções.

CAPÍTULO VII

Da disciplina

Artigo 69.º

1- As infrações ao disposto nos presentes estatutos e regulamentos internos, bem como o desrespeito das deliberações dos órgãos sociais, importam, segundo a sua gravidade, a aplicação das seguintes sanções disciplinares:

a) Censura;

b) Advertência registada;

c) Multa de valor equivalente a 1, 3, 5 ou 10 anos da quota estabelecida ao sócio;

d) Expulsão da associação;

e) Quaisquer outras que por lei venham a ser fixadas e cuja aplicação caiba na competência dos poderes da associação.

2- A importância das multas aplicadas reverte para um dos fundos previstos no artigo 76.º destes estatutos, conforme for deliberado pela assembleia geral.

Artigo 70.º

1- As penas são proporcionais à gravidade da falta.

2- Com exceção da censura, caso em que o sancionado poderá requerer inquérito à sua atuação para efeitos de ser ilibado, nenhuma sanção pode ser aplicada sem que, previamente, tenha corrido o respetivo processo disciplinar, do qual constituem formalidades essenciais a audiência do visado e a recolha de provas de defesa que indicar, no prazo que lhe for fixado, não inferior a oito dias, a contar da receção da nota de culpa.

3- Compete à direção da associação a organização do processo disciplinar, referido no número anterior, podendo qualquer associado participar, por escrito e devidamente identificado, a existência das infrações disciplinares de que tenha conhecimento.

4- Os infratores podem deduzir defesa, que será feita, por escrito, no prazo referido no número 2 deste artigo.

5- Das penas de multa e de expulsão cabe recurso para a primeira assembleia geral que vier a realizar-se, e da deliberação desta para os tribunais competentes.

Artigo 71.º

1- A direção da associação pode determinar que o infrator fique suspenso do exercício dos cargos associativos até à conclusão do processo, a qual deverá ter lugar no prazo máximo de 90 dias.

2- Sempre que a suspensão respeite a uma pessoa coletiva, ficam também suspensos os respetivos representantes (efetivo e suplente), sem a possibilidade de substituição deles por outros.

CAPÍTULO VIII

Dos meios financeiros

Artigo 72.º

O exercício anual corresponde ao ano civil.

Artigo 73.º

Constituem receitas da associação:

- a) O produto das quotas, das jóias e das multas aplicadas;
- b) Os juros de fundos capitalizados;
- c) As doações ou heranças, regularmente aceites por deliberação da direção;
- d) O produto de empréstimos autorizados pela assembleia geral;
- e) O produto de serviços prestados aos sócios;
- f) Quaisquer outros valores que diretamente resultem do legítimo exercício da sua atividade ou que por lei venham a ser-lhe atribuídos.

Artigo 74.º

1- As despesas da associação são as necessárias ou convenientes à realização dos respetivos fins e prossecução dos seus objetivos.

2- Todas as despesas serão devidamente documentadas.

Artigo 75.º

Os orçamentos ordinários e suplementares são elaborados pela direção com o parecer do conselho fiscal e devem conter, por verbas separadas, os montantes das receitas e das despesas previsíveis para cada exercício.

Artigo 76.º

As contas do exercício anual e o relatório da direção com o respetivo parecer do conselho fiscal serão submetidos à aprovação da assembleia geral até 31 de março do ano seguinte.

Artigo 77.º

A associação terá os fundos de reserva legalmente exigidos, e os fundos próprios que a assembleia geral resolva criar, mediante proposta da direção.

Artigo 78.º

Os levantamentos de importâncias depositadas nos bancos só poderão ser efetuados por meio de cheques ou de transferência bancária com a assinatura de dois membros da direção, um dos quais será o presidente ou quem o substitua.

CAPÍTULO IX

Da fusão, dissolução e revisão estatutária

Artigo 79.º

A associação pode, em assembleia geral expressamente convocada para esse fim, deliberar a sua fusão, participação ou incorporação em associações, uniões, federações, confederações ou outras cujos objetivos se harmonizem com a sua natureza e fins.

Artigo 80.º

1- A dissolução da associação deverá resultar de deliberação da assembleia geral, em reunião expressamente convocada para o efeito, tomada de acordo com o previsto no número 3 do artigo 28.º dos presentes estatutos, deliberando também sobre o destino a dar ao seu património, sendo eleitos os respetivos liquidatários.

2- No caso de fusão, participação ou incorporação, a assembleia geral deliberará sobre o destino a dar a todos ou a parte dos bens do seu património.

Artigo 81.º

A alteração dos presentes estatutos, bem como a sua melhor interpretação, é da competência da assembleia geral, que deliberará, em reunião expressamente convocada para esse fim, não podendo nela ser tratado qualquer outro assunto.

CAPÍTULO X

Do património e sua utilização

Artigo 82.º

1- São património os bens imóveis e móveis que a associação possui, ou venha a possuir.

2- As delegações e respetivos bens imóveis, quando for o caso, e bens móveis nela instalados, são património da associação.

3- Os bens imóveis e móveis da associação, bem como as respetivas instalações, só poderão ser utilizadas no âmbito da sua atuação, ou na prestação de serviços aos associados.

4- É vedado aos órgãos sociais, delegados ou responsáveis, a utilização dos bens e instalações da associação, para outros fins que não sejam os mencionados no número anterior.

CAPÍTULO XI

Vigência e disposição transitória

Artigo 83.º

1- Os presentes estatutos entram em vigor no dia da sua publicação no *Boletim do Trabalho e Emprego*.

2- As alterações aprovadas nas assembleias-gerais extraordinárias, realizadas a 22 de dezembro de 2017 e 1 de fevereiro de 2018, incorporadas no texto, só produzirão os seus efeitos a partir do processo eleitoral com vista à eleição dos órgãos sociais para o triénio imediato ao da entrada em vigor da presente alteração aos estatutos, mantendo-se até essa data as anteriores redações.

Registado em 8 de fevereiro de 2018, ao abrigo do artigo 449.º do Código do Trabalho, sob o n.º 9, a fl. 138 do livro n.º 2.

Vogal - David Calhau, cartão de cidadão n.º 13890068.

Suplentes:

Vogal - Eva Seixas.

Vogal - César Silva.

Vogal - Oksana Rybalko.

Vogal - Carlos Barros.

Vogal - Francisco Ribeiro.

Vogal - Jacinto Valente.

Vogal - Alice Dias.

ASSOCIAÇÕES DE EMPREGADORES

I - ESTATUTOS

Associação da Hotelaria, Restauração e Similares de Portugal (AHRESP) - Alteração

Alteração de estatutos aprovada em 30 de setembro de 2020, com última publicação no *Boletim do Trabalho e Emprego*, n.º 10, de 15 de março de 2018.

Artigo 7.º

1- (...)

a) Como sócios efetivos, podem fazer parte da associação as entidades privadas, singulares ou coletivas, que exerçam qualquer uma das atividades previstas no artigo 2.º, desde que enquadrados num dos setores de atividade conforme artigo 63.º;

b) (...);

c) (...);

d) (...)

2- (...)

Artigo 14.º

Só podem ser eleitos para os órgãos da associação os sócios efetivos que se encontrem no pleno gozo dos seus direitos associativos.

Artigo 17.º

A assembleia geral é constituída por todos os sócios efetivos, honorários, beneméritos e aliados, no pleno gozo dos seus direitos associativos.

Artigo 38.º

1- (...)

2- (...)

3- (...)

4- As deliberações são tomadas por maioria dos votos dos membros presentes.

5- (*Anterior número 4.*)

6- (*Anterior número 5.*)

Artigo 80.º

1- (...)

2- No caso de dissolução, fusão, participação ou incorporação, a assembleia geral deliberará sobre o destino a dar a todos ou a parte dos bens do seu património, sendo que os bens que constituírem o património da associação não poderão ser distribuídos pelos sócios.

Registado em 9 de dezembro de 2020, ao abrigo do artigo 449.º do Código do Trabalho, sob o n.º 31, a fl. 148 do livro n.º 2.

II - DIREÇÃO

...

CAPÍTULO QUARTO

Regime financeiro

Artigo 29.º

(Receitas)

Constituem receitas da associação:

- a) As quotas pagas pelos associados efectivos, contribuintes e beneméritos;
- b) Outras contribuições voluntárias dos associados;
- c) O produto da venda de insígnias da ACIS que só esta poderá fornecer;
- d) Os rendimentos dos fundos capitalizados;
- e) Quaisquer benefícios, donativos, heranças e legados a ela atribuídos;
- f) As taxas estabelecidas pela direcção pela prestação de determinados serviços ou para comparticipação nas despesas originadas pela organização dos seus eventos;
- g) Os subsídios ou outras formas de apoio concedidos à associação por pessoas de direito público ou privado.

Artigo 30.º

(Omissão)

No que estes estatutos sejam omissos, a associação reger-se-á pelas normas de direito aplicáveis e, ainda, nas matérias legalmente permitidas, pelo regulamento geral interno, competindo à assembleia geral a sua aprovação e alteração.

Registado em 25 de abril de 2021, ao abrigo do artigo 449.º do Código do Trabalho, sob o n.º 9, a fl. 149 do livro n.º 2.

Associação da Hotelaria, Restauração e Similares de Portugal (AHRESP) - Alteração

Alteração de estatutos aprovada em 31 de março de 2021, com última publicação no *Boletim do Trabalho e Emprego*, n.º 47, de 22 de dezembro de 2020.

São alterados os artigos 1.º, 3.º, 8.º, 11.º, 12.º, 15.º, 24.º, 34.º, 36.º, 37.º, 38.º, 39.º, 41.º, 45.º, 48.º, 49.º, 51.º, 54.º, 67.º, 68.º e 83.º que passam a ter a seguinte redação:

Artigo 1.º

1- A associação denomina-se Associação da Hotelaria, Restauração e Similares de Portugal (AHRESP).

2- (...)

Artigo 3.º

1- A associação tem a sua sede em Lisboa e pode estabelecer qualquer tipo de representação onde tal se justifique, designadamente delegações regionais, distritais ou locais, escritórios e serviços.

2- (...)

Artigo 8.º

- 1- (...)
- a) (...);
- b) (...);
- c) (...);
- d) (...);
- e) (...);
- f) (...)
- 2- (...)
- a) (...);
- b) (...);
- c) (...);
- d) Receber gratuitamente publicações editadas pela associação.

Artigo 11.º

São órgãos da associação a assembleia geral, a direcção e o conselho fiscal.

Artigo 12.º

1- Os membros da mesa da assembleia geral, da direcção, do conselho fiscal, das comissões diretivas dos setores de atividade e das comissões diretivas distritais, são eleitos em assembleia geral eleitoral.

2- Os membros referidos no número anterior exercerão as respetivas funções por mandatos com a duração de três anos.

3- As comissões diretivas distritais serão eleitas até 2 meses após a eleição para os órgãos da associação.

Artigo 15.º

1- As entidades privadas singulares ou coletivas que detenham a qualidade de sócio efetivo designarão um seu representante legal e um suplente, que as representarão na associação e no exercício de cargos e missões para que venham a ser eleitas, designadas ou nomeadas.

Artigo 24.º

- 1- (...)
- a) (...);
- b) (...);
- c) (...);
- d) De três em três anos, até 31 de maio, para a realização de eleições para as comissões diretivas distritais.
- 2- (...)
- 3- (...)

Artigo 34.º

- 1- (...)
- 2- A direcção é composta por treze membros eleitos em sufrágio direto.
- 3- Os membros eleitos em sufrágio direto são um presidente, e doze vice-presidentes.

- 4- (...)
- 5- (...)
- 6- (...)

Artigo 36.º

- 1- (...)

- a) (...);
- b) (...);
- c) (...);
- d) (...);
- e) (...);
- f) (...);
- g) (...)
- 2- (Eliminado.)

Artigo 37.º

Na falta ou impedimento do presidente, este será substituído por qualquer um dos vice-presidentes, por delegação daquele.

Artigo 38.º

1- A direção reunirá em sessão ordinária duas vezes por mês e extraordinariamente sempre que para tal for convocada pelo respetivo presidente.

2- Cada membro disporá de um voto, tendo o presidente voto de qualidade em caso de empate.

- 3- (...)
- 4- (...)
- 5- (...)
- 6- (...)

Artigo 39.º

1- A associação obriga-se com a assinatura de dois membros da direção, devendo uma dessas assinaturas ser a do presidente da direção sendo a outra a de um vice-presidente (ou respetivos substitutos).

2- Na movimentação de fundos, a associação obriga-se com as assinaturas conjuntas do presidente da direção e do vice-presidente designado para exercer as funções de tesoureiro ou, na sua ausência, de qualquer outro vice-presidente (ou respetivos substitutos).

- 3- (...)

Artigo 41.º

Em caso de impedimento definitivo do presidente, de qualquer dos vice-presidentes, ou do tesoureiro, os restantes membros da direção designarão de entre eles os novos elementos, que deverão substituir aqueles.

Artigo 45.º

1- O conselho consultivo é composto pelos membros da direção, pelos presidentes das comissões diretivas dos setores de atividade e pelos presidentes das comissões diretivas distritais.

2- Compete ao presidente da direção, convocar as reuniões do conselho consultivo.

- 3- (...)
- 4- (...)

Artigo 48.º

1- A apresentação das listas de candidaturas para os órgãos da associação, para as comissões diretivas dos grupos de setor e para as comissões diretivas distritais, terão lugar até 10

dias antes do dia marcado para a eleição.

2- Podem apresentar listas de candidaturas para os órgãos da associação:

- a) A direção da associação;
- b) Grupos de, pelo menos, 250 sócios efetivos.

3- (...)

4- Podem apresentar listas de candidaturas para a eleição das comissões diretivas distritais, respeitando o artigo 68.º, número 2, dos estatutos:

- a) A direção da associação;
- b) 15 % dos sócios efetivos do distrito a que pertence a delegação;
- c) Grupos de, pelo menos, 30 sócios efetivos do distrito a que pertence a delegação.

5- Torna-se, porém, obrigatória a apresentação das listas de candidaturas pela direção se, até ao prazo de 10 dias, estabelecido no número 1 deste artigo, não houver outras listas apresentadas por grupo ou grupos de sócios efetivos, de acordo com o número 2, 3 e 4 deste artigo.

6- A apresentação consiste na entrega ou no envio ao presidente da assembleia geral das listas de candidaturas, com a designação dos membros a eleger nos respetivos cargos, subscritas por aqueles que as fazem e com a aceitação dos candidatos, devendo ser comprovados pelos serviços eleitorais os requisitos estatutários de elegibilidade.

7- (Anterior número 6.)

Artigo 49.º

As listas de candidaturas referidas nos números 2, 3 e 4 do artigo anterior devem estar completas para os diversos cargos, sem o que não serão aceites, e serão identificadas por letras, segundo a ordem da sua apresentação, ficando patentes na sede da associação, em local bem visível, desde a data da receção até ao dia da assembleia eleitoral.

Artigo 51.º

1- (...)

2- (...)

3- É aceite o voto por correspondência que terá de preencher os requisitos seguintes:

a) Os boletins de voto devem estar contidos em subscritos fechados com a indicação do órgão a que se destinam;

b) (...)

4- Pode ser instituído o voto eletrónico através de regulamento interno aprovado pela direção.

Artigo 54.º

1- (...)

2- (...)

3- (...)

4- (...)

5- Em caso de adiamento das eleições, aprovada em assembleia-geral extraordinária, os eleitos mantêm-se em plenas funções até à realização das eleições e respetiva tomada de posse dos novos eleitos, sem prejuízo do disposto na alínea c) do número 1 do artigo 451.º do Código do Trabalho.

SECÇÃO II

Das delegações distritais e das suas comissões diretivas

Artigo 67.º

1- Nas regiões e nas localidades onde se justifique, poderá a direção da associação criar delegações, instalar serviços ou nomear representantes.

2- (...)

Artigo 68.º

1- As delegações constituem a forma de atuação da associação nas respetivas regiões.

2- Cada delegação tem uma comissão diretiva constituída por um presidente e dois vogais, eleitos de entre os sócios efetivos pertencentes ao distrito da delegação a que se candidatam.

3- Os membros da comissão diretiva distrital atuam como elementos de ligação dos associados, das empresas do sector e das instituições públicas e privadas da respetiva região, com a direção.

4- Os membros da comissão diretiva distrital ficam subordinados à orientação estabelecida pela direção da associação e terão direito a ser reembolsados das despesas de representação que o exercício das suas tarefas implica, desde que devidamente documentadas e previamente autorizadas pela direção.

5- São atribuições das comissões diretivas distritais:

- a) Promover e divulgar os objetivos da associação;
- b) Prospetar, angariar e fidelizar associados;
- c) Gerir adequadamente o funcionamento, os bens patrimoniais, imóveis, móveis e outros que sejam confiados à sua guarda;
- d) Informar e esclarecer os associados, em tudo o que se mostrar adequado e necessário;
- e) Prestar zelosa e competentemente, aos associados, os serviços que lhes forem delegados;
- f) Proceder, por iniciativa própria, ou por incumbência da direção, ao estudo específico de problemas e oportunidades estratégicas, que se mostrem relevantes na sua área de atuação,

apresentando as respetivas propostas para as melhores soluções.

CAPÍTULO XI

Vigência

Artigo 83.º

Os presentes estatutos entram em vigor no dia da sua publicação no *Boletim do Trabalho e Emprego*.

2- (*Eliminado*.)

Registado em 27 de abril de 2021, ao abrigo do artigo 449.º do Código do Trabalho, sob o n.º 10, a fl. 149 do livro n.º 2.

Associação de Agricultores ao Sul do Tejo - Cancelamento

Por sentença proferida em 16 de dezembro de 2020 e transitada em julgado em 21 de abril de 2021, no âmbito do processo n.º 1555/20.9T8EVR, que correu termos no Tribunal Judicial da Comarca de Évora - Juízo do Trabalho de Évora, movido pelo Ministério Público contra a Associação de Agricultores ao Sul do Tejo, foi declarada ao abrigo do número 3 do artigo 9.º da Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro a extinção judicial da associação por esta não ter requerido nos termos do número 1 do citado artigo 9.º, a publicação da identidade dos membros da direção, desde 1987.

Assim, nos termos do número 3 do artigo 9.º da citada lei e do número 4 do artigo 456.º do Código do Trabalho, é cancelado o registo dos estatutos da Associação de Agricultores ao Sul do Tejo, efetuado em 6 de fevereiro de 1987, com efeitos a partir da publicação deste aviso no *Boletim do Trabalho e Emprego*.

II - DIREÇÃO

Associação dos Transitários de Portugal - APAT - Eleição

Identidade dos membros da direção eleitos em de 24 de março de 2021 para o mandato de três anos.

Direção:

Presidente - GEOCARGO - Transitários, L.ª, representante Paulo Jorge Mata Sousa Paiva.

Vice-presidente - JOMATIR - Logistics, SA, representante Daniel da Silva Pereira.

Vice-presidente - MOLDTRANS Porto, L.ª, representante Luís Augusto Santos Castro Paupério.

Vice-presidente - LOGISLINK - Terminal de Logística, L.ª, representante Joaquim Manuel Barros Simões Pocinho.

Vice-presidente - EXPEDITORS (Portugal) - Transitários Internacionais, L.ª, representante Ana Cristina Pereira.

Substituto - UNICORDAS, L.ª, representante Anabela da Silva Guerreiro.

Substituto - BENTRANS - Carga e Transitários, SA, representante José António da Silva Raposo.

3- O vice-presidente executivo integra o conselho diretivo e assiste às reuniões dos órgãos associativos da AHP.

Artigo 38.º

Compete ao vice-presidente executivo:

- a) Representar a AHP em juízo ou fora dele, e ser o respetivo porta-voz, sem prejuízo do disposto na alínea a) do número 3 do artigo 27.º;
- b) Executar e fazer cumprir as deliberações da assembleia geral, do conselho geral e do conselho diretivo;
- c) Assegurar a comunicação da AHP e as relações com os órgãos de comunicação social;
- d) Preparar o orçamento ordinário e o plano de atividades de cada exercício e eventuais orçamentos suplementares, bem como o relatório anual, o balanço e as contas;
- e) Elaborar as propostas de alterações dos estatutos da AHP e de fixação e alteração do montante da joia e das quotas a pagar pelos associados;
- f) Elaborar os projetos de regulamentos internos da AHP;
- g) Assegurar a gestão dos serviços administrativos e dos gabinetes jurídico, fiscal, de estudos e estatística, de apoio ao gestor e investidor, formação e outros que venham a ser criados;
- h) Coordenar a organização dos congressos de hotelaria e turismo da AHP;
- i) Negociar convenções coletivas de trabalho por mandato do conselho diretivo;
- j) Conceber e executar programas de responsabilidade social e sustentabilidade ambiental da AHP e respetivos associados;
- k) Assegurar as relações com escolas e universidades e negociar protocolos e condições especiais para associados;
- l) Preparar, negociar e celebrar contratos com entidades gestoras de fundos comunitários;
- m) Providenciar pela cobrança das receitas e seu depósito;
- n) Processar e regularizar despesas;
- o) Despachar o expediente urgente e providenciar sobre as questões que, pela sua natureza ou urgência, não possam aguardar decisão do conselho diretivo;
- p) Praticar todos os atos de gestão adequados aos fins da AHP.

Artigo 39.º

1- Sem prejuízo da possibilidade de delegação de poderes, são necessárias e suficientes, para obrigar a associação, as assinaturas do vice-presidente executivo e de outro membro do conselho diretivo.

2- Os documentos respeitantes à movimentação de fundos, designadamente cheques, serão obrigatoriamente subscritos pelo vice-presidente executivo, sendo a segunda assinatura de qualquer membro do conselho diretivo.

CAPÍTULO VI

Do património

Artigo 40.º

Constituem receitas da AHP:

- a) O produto das joias e das quotas dos associados;
- b) Quaisquer valores, donativos ou legados que lhe venham a ser atribuídos;
- c) Os juros de fundos capitalizados;
- d) As contribuições, regulares ou não, de quaisquer empresas ou outras organizações;
- e) As receitas derivadas da prestação de serviços aos seus associados;
- f) Quaisquer outros valores que resultem do legítimo exercício da sua atividade.

Artigo 41.º

Em caso de extinção da AHP, a assembleia geral nomeará uma comissão liquidatária composta por cinco membros, presidida pelo presidente da mesa da assembleia geral cessante, a qual procederá às operações de liquidação, observando o disposto no artigo 166.º do Código Civil e os demais preceitos legais aplicáveis, sendo o destino dos bens determinado por deliberação da assembleia geral, não podendo os mesmos ser distribuídos pelos associados, exceto quando sejam associações.

Registado em 9 de julho de 2021, ao abrigo do artigo 449.º do Código do Trabalho, sob o n.º 19, a fl. 150 do livro n.º 2.

Associação da Hotelaria, Restauração e Similares de Portugal (AHRESP) - Retificação

No *Boletim do Trabalho e Emprego*, n.º 17, de 8 de maio de 2021, foi publicada a alteração de estatutos da Associação da Hotelaria, Restauração e Similares de Portugal (AHRESP), aprovada em 31 de março de 2021, com inexactidão, pelo que, assim se retifica:

Assim, na página 1677 onde se lê:

«Artigo 15.º

1- As entidades privadas singulares ou coletivas que detenhams a qualidade de sócio efetivo designarão um seu representante legal e um suplente, que as representarão na associação e no exercício de cargos e missões para que venham a ser eleitas, designadas ou nomeadas.»

Deve ler-se:

«Artigo 15.º

1- As entidades privadas singulares ou coletivas que detenhams a qualidade de sócio efetivo designarão um seu representante legal e um suplente, que as representarão na associação e no exercício de cargos e missões para que venham a ser eleitas, designadas ou nomeadas.

2- (...)

3- (...))»

Na página 1678 onde se lê:

«Artigo 51.º

«Artigo 51.º

- 1- (...)
- 2- (...)
- 3- É aceite o voto por correspondência que terá de preencher os requisitos seguintes:
 - a) Os boletins de voto devem estar contidos em subscritos fechados com a indicação do órgão a que se destinam;
 - b) (...)
- 4- Pode ser instituído o voto eletrónico através de regulamento interno aprovado pela direção.»

Deve ler-se:

- 1- (...)
- 2- (...)
- 3- É aceite o voto por correspondência que terá de preencher os requisitos seguintes:
 - a) Os boletins de voto devem estar contidos em subscritos fechados com a indicação do órgão a que se destinam;
 - b) Os subscritos serão remetidos por carta registada, dirigida ao presidente da assembleia eleitoral, acompanhados de comunicação da empresa votante, com a(s) assinatura(s) de quem a obrigue.
- 4- Pode ser instituído o voto eletrónico através de regulamento interno aprovado pela direção.»

II - DIREÇÃO

ANASEL - Associação Nacional de Empresas de Lavandaria, Arranjos de Costura, Consertos de Sapatos e Chaves - Eleição

Identidade dos membros da direção eleitos em de 29 de junho de 2021 para o mandato de três anos.

Presidente - Tapipel, L.^{da}, representada por Rui Runa Salvada, portador do cartão de cidadão n.º 10582732.

Vice-presidente - 5 A Seco Portugal Indústria de Lavandarias, SA, representada por Rita Bento dos Santos Barral, portadora do cartão de cidadão n.º 9848128.

Director efectivo - Organizações A.B.L. - Lavandarias e Reparação de Calçado, L.^{da}, representada por Luís Miguel Brilha Leote, portador do bilhete de identidade n.º 08546993.

Director efectivo - SOLIT Sociedade Comercial Tinturaria e Lavandaria, L.^{da}, representada por Olga Maria Silva Morgado Coelho Santos, portadora do cartão de cidadão n.º 04891856.

Director efectivo - Consertos Rápidos das Amoreiras Cons. Rap. Calç. e Coop. Chaves, L.^{da}, representada por Duarte Simões Pereira Ramos, portador do cartão de cidadão n.º 9836681.

ANEME - Associação Nacional das Empresas Metalúrgicas e Electromecânicas - Eleição

Identidade dos membros da direção eleitos em de 23 de

junho de 2021 para o mandato de três anos.

Direção:

Presidente - INOVAQUA - Engenharia e Ambiente, L.^{da}
Representante: José de Oliveira Guia.

Vice-presidentes:

MECWIDE SINES, SA.
Representante: Paulo Nuno Salvador Barradas.

SIMI - Sociedade Internacional de Montagens Industriais, SA.

Representante: Fernando Henriques Dias Gonçalves de Proença.

SLM - Sociedade Lisbonense de Metalização, SA.
Representante: Pedro de Melo Nunes de Almeida.

TECNISATA - Indústria Metalomecânica, SA.
Representante: José Paulo Pereira Filipe.

Tesoureiro:

Rui Manuel da Conceição - RMC, L.^{da}
Representante: Nuno Miguel da Conceição Santo.

Vogais:

GALUCHO, SA.
Representante: José Américo Mouro Justino.

MOLDEGAMA - Moldes Técnicos, SA
Representante: Andreia Mateus da Silva Fortes.

NOITES RECICLAGEM - Matérias Primas Secundárias, L.^{da}

ASSOCIAÇÕES DE EMPREGADORES

I - ESTATUTOS

...

II - DIREÇÃO

Associação Portuguesa das Indústrias de Mobiliário e Afins - APIMA - Eleição

Identidade dos membros da direção eleitos em de 7 de julho de 2021 para o mandato de três anos.

Direção:

Presidente - Anibal Carneiro Barbosa, L.^{da}, representada por António Joaquim Espinheira Carneiro.

Vice-presidente - Arnaldo Moreira Rodrigues, L.^{da}, representada por Albino Lobo Rodrigues.

Vice-presidente - Azemad, L.^{da}, representada por Nuno Augusto Castro Portugal.

Vice-presidente - Irmãos Pereira Pacheco, SA, representada por Ricardo Manuel Meireles Pacheco.

Vice-presidente - Damaceno & Antunes, Tecidos de Decoração, L.^{da}, representada por Jorge Guilherme Damaceno Antunes.

Suplentes direção:

Armando Ferreira da Silva & Fos, L.^{da}, representada por Mário Ferreira da Silva.

Gicamob, L.^{da}, representada por Salvador Gonzaga Martins Silva.

Mário J. Pires, L.^{da}, representada por Mário Rui Ribeiro de Jesus Pires.

Associação da Hotelaria, Restauração e Similares de Portugal (AHRESP) - Eleição

Identidade dos membros da direção eleitos em de 30 de setembro de 2021 para o mandato de três anos.

Direção:

Presidente:

Versailles, L.^{da}

Representantes:

Efetivo - Mário Pereira Gonçalves.

Suplente - Paulo Alexandre Pereira Gonçalves.

Vice-presidente:

ITAU - Instituto Técnico de Alimentação Humana, SA

Representantes:

Efetivo - Carlos Alberto Moura.

Suplente - Rodolfo Ferreira.

Vice-presidente:

Abrantes da Mota Veiga, L.^{da}

Representantes:

Efetivo - Jorge Manuel da Silva Almeida Loureiro.

Suplente - Carlos Manuel Almeida Ferreira.

Vice-presidente:

Ingrediente Magnético, L.^{da}

Representantes:

Efetivo - Júlio Fernando de Albuquerque Fernandes.

Suplente - Henrique Fernandes.

Vice-presidente:

J.A.S.E. - Empreendimentos Turísticos, L.^{da}

Representantes:

Efetivo - Joaquim Ribeiro.

Suplente - Salvador Oliveira.

Vice-presidente:

Castelpor - Actividades Hoteleiras, L.^{da}

Representantes:

Efetivo - Tiago António Costa Quaresma.

Suplente - António Manuel Abreu Quaresma.

Vice-presidente:

Futuro Restauração Rápida, SA.

Representantes:

Efetivo - João Carlos Santos Fernandes da Silva.

Suplente - Miguel Nuno Gomes Ferreira.

Vice-presidente:

Multifood - Representação de Marcas de Restaurantes, SA.

Representantes:

Efetivo - Rui Castro Sanches.

Suplente - Renato Soares de Carvalho.

Vice-presidente:

Aromateca - Consultoria e Formação da Restauração, SA

Representantes:

Efetivo - Vitor Sobral.

Suplente - Paula Pereira.

Vice-presidente:
Falésia Hotel, SA
Representantes:
Efetivo - Cristóvão Lopes.
Suplente - Carlos Franco.

Vice-presidente:
Arisdouro, Gestão Hoteleira, L.^{da}
Representantes:
Efetivo - Rui Paula.
Suplente - Pedro Miguel Paredes.

Vice-presidente:
Santos e Marçal, SA
Representantes:
Efetivo - Elsa Marçal.
Suplente - Carlos Alberto Pedro Marçal.

Vice-presidente:
Ajem Pastelarias, L.^{da}

Representantes:
Efetivo - António Melgão.
Suplente - Serafim António Melgão.

**APERLU - Associação Portuguesa de Empregadores
do Sector dos Resíduos e Limpeza Urbana -
Substituição**

Na direção eleita em 19 de setembro de 2019, para o mandato de dois anos com publicação no *Boletim do Trabalho e Emprego*, n.º 43, de 22 de novembro de 2019, foi efetuada a seguinte substituição:

Vogal - Ecoambiente, Consultores de Engenharia, Gestão e Prestação de Serviços, SA, passa a ser representada por Hélder Fernando Figueiredo Baptista.

II - DIREÇÃO

Associação de Ourivesaria e Relojoaria de Portugal - AORP - Eleição

Identidade dos membros da direção eleitos em 27 de outubro de 2022 para o mandato de três anos.

Efetivos:

Presidente - Farilu Joalharias, L.^{da}, representada por João Faria.

Vice-presidente - Furtado & Pereira, L.^{da}, representada por Cátia Liliana Furtado.

Secretário - J. Soares Joalheiro, L.^{da}, representada por José Adelino Soares.

Tesoureiro - Mesh Jewellery, L.^{da}, representada por João Barbosa.

Vogal - Bluebird, SA, representada por António Rocha Duarte.

Suplentes:

Filgold - Comércio de Ourivesaria, L.^{da} - Representada por Isabel Fenandes Martins.

Ilídio dos Santos Galeiras & C.^a, L.^{da} - Representada por Miguel Galeiras.

Rosa Amélia M. M. Barbosa, representada por Alexandre Gomes.

Associação Portuguesa de Cabeleireiros e Estética de Braga - Eleição

Identidade dos membros da direção eleitos em 15 de novembro de 2022 para o mandato de quatro anos.

Membros da direção:

Presidente - Inácio Luís Oliveira da Silva.

Secretário - Diane Michelle Gonçalves.

Tesoureiro - Orlanda Manuela Barros Rodrigues - Orlanda Rodrigues Cabeleireiros Unipessoal.

1.º vogal - Jorge Henrique Gomes de Sousa.

2.º vogal - Justina da Silva Barros - Centro de Estética Mimos SPA.

Associação da Hotelaria, Restauração e Similares de Portugal (AHRESP) - Alteração

Na identidade dos membros da direção eleitos em 30 de setembro de 2021 para o mandato de três anos, publicada no

Boletim do Trabalho e Emprego, n.º 43, de 22 de novembro de 2021, foi efetuada a seguinte alteração:

Presidente - ITAU - Instituto Técnico de Alimentação Humana, SA.

Representantes:

Efetivo - Carlos Alberto Moura.

Suplente - Rodolfo Ferreira.

Vice-presidente - Abrantes da Mota Veiga, L.^{da}

Representantes:

Efetivo - Jorge Manuel da Silva Almeida Loureiro.

Suplente - Carlos Manuel Almeida Ferreira.

Vice-presidente - Ingrediente Magnético, L.^{da}

Representantes:

Efetivo - Júlio Fernando de Albuquerque Fernandes.

Suplente - Henrique Fernandes.

Vice-presidente - J.A.S.E. - Empreendimentos Turísticos, L.^{da}

Representantes:

Efetivo - Joaquim Ribeiro.

Suplente - Salvador Oliveira.

Vice-presidente - CASTELPOR - Actividades Hoteleiras, L.^{da}

Representantes:

Efetivo - Tiago António Costa Quaresma.

Suplente - António Manuel Abreu Quaresma.

Vice-presidente - Sistemas Mc Donald's Portugal, SA.

Representantes:

Efetivo - Sofia Teixeira de Abreu Belmar da Costa de Mendoça.

Suplente - Ana Rita Mendes de Oliveira Nesme.

Vice-presidente - MULTIFOOD - Representação de Marcas de Restaurantes, SA.

Representantes:

Efetivo - Rui Castro Sanches.

Suplente - Renato Soares de Carvalho.

Vice-presidente - AROMATECA - Consultoria e Formação da Restauração, SA.

Representantes:

Efetivo - Vitor Sobral.

Suplente - Paula Pereira.

Vice-presidente - Falésia Hotel, SA.

Representantes:

Efetivo - Cristóvão Lopes.

Suplente - Carlos Franco.

Vice-presidente - Risdouro, Gestão Hoteleira, L.^{da}

Representantes:

Efetivo - Rui Paula.

Suplente - Pedro Miguel Paredes.

Vice-presidente - Santos e Marçal, SA.
Representantes:
Efetivo - Elsa Marçal.
Suplente - Carlos Alberto Pedro Marçal.

Vice-presidente - AJEM Pastelarias, L.^{da}
Representantes:
Efetivo - António Melgão.
Suplente - Serafim António Melgão.

Vice-presidente - Atalhos de Lava Produções Unipessoal,
L.^{da}
Representantes:
Efetivo - Cláudia Chaves.
Suplente - Sílvia Torres.

COMISSÕES DE TRABALHADORES

I - ESTATUTOS

Sociedade Portuguesa do Ar Líquido «Arlíquido», L.^{da} - Alteração

Alteração dos estatutos aprovados em 24, 25 e 26 de outubro de 2022, com última publicação no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 3.^a série, n.º 10, de 28 de março de 1981.

CAPÍTULO I

Objeto e âmbito

Artigo 1.º

CAPÍTULO II

Órgãos, composição e competências do coletivo de trabalhadores

Artigo 2.º ao artigo 51.º

SECÇÃO I

Plenário de trabalhadores

Artigo 3.º ao artigo 12.º

SECÇÃO II

Comissão de trabalhadores

Artigo 13.º ao artigo 18.º

SUBSECÇÃO I

Direitos instrumentais

Artigo 19.º ao artigo 27.º

SUBSECÇÃO II

Condições e garantias do exercício da competência e direitos da comissão de trabalhadores

Artigo 28.º ao artigo 39.º

SUBSECÇÃO III

Composição, organização e funcionamento da comissão de trabalhadores

Artigo 40.º ao artigo 48.º

SUBSECÇÃO IV

Subcomissões

Artigo 49.º e artigo 50.º

SUBSECÇÃO V

Comissões coordenadoras

Artigo 51.º

PRIVADO

ORGANIZAÇÕES DO TRABALHO

ASSOCIAÇÕES DE EMPREGADORES

II - DIREÇÃO

Associação da Hotelaria, Restauração e Similares de Portugal (AHRESP) - Substituição

Na identidade dos membros da direção eleitos em 30 de setembro de 2021 para o mandato de três anos, publicada no *Boletim do Trabalho e Emprego*, n.º 43, de 22 novembro de 2021, foi efetuada a seguinte substituição:

Vice-presidente - J.A.S.E. - Empreendimentos Turísticos, L.^{da}

Representantes:

Efetivo - Joaquim Ribeiro.

Suplente - Salvador Oliveira.

Substituída por:

Vice-presidente - Mesquita de Sousa Hotels & Resorts, L.^{da}

Representantes:

Efetivo - Pedro Mesquita de Sousa.

Suplente - Rui Pedro Rios Oliveira.

PRIVADO

ORGANIZAÇÕES DO TRABALHO

ASSOCIAÇÕES DE EMPREGADORES

II - DIREÇÃO

Associação da Hotelaria, Restauração e Similares de Portugal (AHRESP) - Alteração

Na identidade dos membros da direção da Associação da Hotelaria, Restauração e Similares de Portugal (AHRESP), eleitos em 30 de setembro de 2021 para o mandato de três anos, publicada no *Boletim do Trabalho e Emprego*, n.º 43, de 22 de novembro de 2021, foi efetuada a seguinte alteração:

Presidente - ITAU - Instituto Técnico de Alimentação Humana, SA.

Representantes:

Efetivo - Carlos Alberto Moura.

Suplente - Rodolfo Ferreira.

Vice-presidente - Abrantes da Mota Veiga, L.^{da}

Representantes:

Efetivo - Jorge Manuel da Silva Almeida Loureiro.

Suplente - Carlos Manuel Almeida Ferreira.

Vice-presidente - Ingrediente Magnético, L.^{da}

Representantes:

Efetivo - Júlio Fernando de Albuquerque Fernandes.

Suplente - Henrique Fernandes.

Vice-presidente - Mesquita de Sousa Hotels & Resorts, L.^{da}

Representantes:

Efetivo - Pedro Mesquita de Sousa.

Suplente - Rui Pedro Rios Oliveira.

Vice-presidente - CASTELPOR - Actividades Hoteleiras, L.^{da}

Representantes:

Efetivo - Tiago António Costa Quaresma.

Suplente - António Manuel Abreu Quaresma.

Vice-presidente - MFC Sado, L.^{da}

Representantes:

Efetivo - Fernando Soares.

Suplente - Andreia Máisa da Silva Curado.

Vice-presidente - MULTIFOOD - Representação de Marcas de Restaurantes, SA.

Representantes:

Efetivo - Rui Castro Sanches.

Suplente - Renato Soares de Carvalho.

Vice-presidente - AROMATECA - Consultoria e Formação da Restauração SA.

Representantes:

Efetivo - Vítor Sobral.

Suplente - Paula Pereira.

Vice-presidente - Sociedade Agroturística da Vinha do Campo, L.^{da}

Representantes:

Efetivo - João Cavaleiro Ferreira.

Suplente - Fernando de Loureiro Bastos.

Vice-presidente - ARISDOURO, Gestão Hoteleira, L.^{da}

Representantes:

Efetivo - Rui Paula.

Suplente - Pedro Miguel Paredes.

Vice-presidente - Santos e Marçal, SA.

Representantes:

Efetivo - Elsa Marçal.

Suplente - Carlos Alberto Pedro Marçal.

Vice-presidente - A. J. E M. Pastelarias, L.^{da}

Representantes:

Efetivo - António Melgão.

Suplente - Serafim António Melgão.

Vice-presidente - Atalhos de Lava Produções Unipessoal, L.^{da}

Representantes:

Efetivo - Cláudia Chaves.

Suplente - Sílvia Torres.

PRIVADO

ORGANIZAÇÕES DO TRABALHO

ASSOCIAÇÕES DE EMPREGADORES

II - DIREÇÃO

Associação da Hotelaria, Restauração e Similares de Portugal (AHRESP) - Eleição

Identidade dos membros da direção eleitos em 20 de março de 2024 para o mandato de três anos.

Presidente - ITAU - Instituto Técnico de Alimentação Humana, SA.

Representantes:

Efetivo - Carlos Alberto Moura.

Suplente - Rodolfo Ferreira.

Vice-presidente - Abrantes da Mota Veiga, L.^{da}

Representantes:

Efetivo - Jorge Manuel da Silva Almeida.

Suplente - Carlos Manuel Almeida Ferreira.

Vice-presidente - Ingrediente Magnético, L.^{da}

Representantes:

Efetivo - Júlio Fernando de Albuquerque Fernandes.

Suplente - Henrique Fernandes.

Vice-presidente - CASTELPOR - Actividades Hoteleiras, L.^{da}

Representantes:

Efetivo - Tiago António Costa Quaresma.

Suplente - António Manuel Abreu Quaresma.

Vice-presidente - AROMATECA - Consultoria e Formação da Restauração, SA.

Representantes:

Efetivo - Vítor Sobral.

Suplente - Paula Pereira.

Vice-presidente - Mesquita de Sousa Hotels & Resorts, L.^{da}

Representantes:

Efetivo - Pedro Mesquita de Sousa.

Suplente - Rui Pedro Rios Oliveira.

Vice-presidente - MCF Sado, L.^{da}

Representantes:

Efetivo - Fernando Soares.

Suplente - Andreia Máisa da Silva Curado.

Vice-presidente - Santos & Marçal, SA.

Representantes:

Efetiva - Elsa Marçal.

Suplente - Carlos Alberto Pedro Marçal.

Vice-presidente - Atalhos de Lava - Produções, L.^{da}

Representantes:

Efetiva - Cláudia Chaves.

Suplente - Sílvia Torres.

Vice-presidente - Sociedade Agro-Turística da Vinha do Campo, L.^{da}

Representantes:

Efetivo - João Cavaleiro Ferreira.

Suplente - Rita Maria da Hora Santos Coelho Cavaleiro Ferreira.

Vice-presidente - Restaurante a Cozinha by António Loureiro, L.^{da}

Representantes:

Efetiva - Isabel Loureiro.

Suplente - António Loureiro.

Vice-presidente - INVESTEL - Investimentos Hoteleiros, L.^{da}

Representantes:

Efetiva - Hortense Martins.

Suplente - António Carvalho.

Vice-presidente - Octávio Freitas Unipessoal, L.^{da}

Representantes:

Efetivo - Octávio Freitas.

Suplente - Celina Nélia Freitas.